

Do Processo de Avaliação da Personalidade em Contextos Clínicos ao Diagnóstico Psicodinâmico: Contributos para uma Avaliação Psicológica Psicodinâmica

From the Personality Assessment Process in Clinical Settings to the Psychodynamic Diagnosis: Contributions toward a Psychodynamic Psychological Assessment

Rui C. Campos¹

Resumo

Este artigo de natureza teórica é composto por sete secções mais a conclusão. No primeiro tópico do artigo, de cariz introdutório, centramo-nos na definição de avaliação psicológica, nos objectivos, nas questões e nos métodos utilizados. No último tópico, tecemos considerações em torno da noção de diagnóstico psicodinâmico e descrevemos depois uma proposta de avaliação psicológica psicodinâmica. Do segundo ao sexto tópico, aborda-se cinco questões no âmbito epistemológico da avaliação psicológica e que resolvemos aqui introduzir no sentido de ajudar a estruturar a proposta apresentada no final deste artigo. As cinco questões são: Complementaridade entre diferentes tipos de métodos. Métodos diferentes para avaliação dos mesmos constructos? Métodos diferentes para diferentes indivíduos? Uma bateria fixa ou uma bateria flexível de provas? Múltiplos instrumentos unidimensionais ou um instrumento multi-dimensional? Teoria psicodinâmica em avaliação psicológica, sim ou não?

Palavras-chave: avaliação psicológica em contexto clínico, diagnóstico psicodinâmico, avaliação psicológica psicodinâmica

Abstract

This paper of a theoretical nature consists of seven sections plus a conclusion. In the first, introductory, we focus on the definition of psychological assessment and in objectives, issues and methods. In the last section we weave considerations about psychodynamic diagnostic concept and we describe a proposal of psychodynamic psychological assessment. From section two to section six we describe five issues in an epistemological framework of psychological assessment that we decided to introduce here in helping to structure the proposal presented the end of the paper. The five questions are: Complementarity between different types of methods. Different methods to assess for the same constructs? Different methods for different individuals? A fixed battery or a flexible battery of tests? Multiple one-dimensional instruments or one multi-dimensional instrument? Psychodynamic theory in psychological assessment, yes or no?

Keywords: psychological assessment in clinical contexts, psychodynamic diagnosis, psychodynamic psychological assessment

Nota de autor: O texto desde artigo é, com algumas alterações, similar a parte do relatório de unidade curricular defendido em provas agregação em psicologia clínica do autor na Universidade de Lisboa.

¹ Departamento de Psicologia, Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais. Apartado 94, 7002-554 Évora, Portugal. E-mail: rcampos@uevora.pt

Introdução

Neste trabalho, centrar-nos-emos especificamente na avaliação da personalidade. Se considerarmos a distinção clássica entre avaliação de condutas cognitivas e de condutas não cognitivas, abordaremos a segunda área. O processo de avaliação da personalidade poderá ser encarado como um sub-processo dentro do processo de avaliação psicológica (veja-se um resumo sobre esta ideia em Campos, 2004), sendo a rubrica genérica da personalidade considerada uma *área de avaliação* (Simões, 1994). Naturalmente que em muitas situações clínicas é igualmente necessário uma avaliação de aspectos cognitivos, como a eficiência intelectual ou uma caracterização das funções cognitivas superiores, entendidas como recursos psicológicos do indivíduo. Essa temática está, no entanto, claramente fora do âmbito deste artigo.

Definição, objectivos, questões frequentes e métodos em avaliação psicológica

A avaliação psicológica serve para responder a uma ou mais questões que são colocadas sobre um indivíduo ou sobre um grupo de indivíduos. Quando o psicólogo avalia, seja em que contexto aplicado for, avalia, ou pelo menos, deveria avaliar, sempre, para responder a uma ou mais questões - “Quais os factores responsáveis pelas dificuldades escolares de uma dada criança?”; “O paciente tem indicação para uma intervenção psicoterapêutica, e quais as principais linhas orientadoras que o psicoterapeuta deverá ter em mente?”; “É previsível que o indivíduo possa voltar a cometer o mesmo tipo de crime?”; “Quais os factores ligados ao comportamento organizacional que podem ser responsáveis pelo mal-estar sentido pelos funcionários de uma dada empresa?”, são exemplos de questões possíveis (Campos, 2013).

A avaliação psicológica não é, nem deve ser, um processo mecânico em que o psicólogo é visto como tendo um papel passivo de *examinador ou técnico de laboratório* (Simões, 1994). Weiner (1983) vê o psicólogo como uma espécie de consultor ou perito que pode ou não utilizar testes psicológicos no processo de avaliação, mas que é o profissional que deverá ajudar a decidir o que

será mais indicado para um determinado caso. Mas note-se que desta perspectiva decorre a necessidade do psicólogo possuir um conhecimento teórico e uma experiência sólidos, bem como competências inferenciais fortes (Simões, 1994). Na verdade, a avaliação psicológica implica sempre tomada de decisão e juízo clínico. Implica ir além dos dados, ver para além do óbvio, implica um olhar treinado, como os olhos de um radiologista quando vêem numa imagem algo que para os outros não passa de sombras e tonalidades de cinzento-branco. O psicólogo deverá confiar, já referia Hunt (1946), na sua intuição e competência clínica como um *instrumento válido* de avaliação.

Para além de uma ciência, a avaliação psicológica é também uma arte. Por outro lado, ainda segundo Cates (1999), a acumulação de dados não constitui uma avaliação. A integração dos dados e a subsequente interpretação é que constituem a avaliação psicológica. Por exemplo, a ordenação alfabética das palavras “de, do, lágrimas, mar, oh, quanto, Portugal, sal, salgado, são, teu” significa pouco. Mas ordenadas, “Ó, mar, salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal” constituem as linhas introdutórias de um conhecido poema épico de Fernando Pessoa (Campos, 2013). A propósito da interpretação do Rorschach, método de grande riqueza em avaliação da personalidade, interpretação esta do Rorschach que se pretende integrativa e compreensiva, Silva (1998), refere que “O desafio que o intérprete tem de enfrentar é o de fiar todos os dados de cada componente e depois tecer os fios resultantes numa trama que reflecta a pessoa inteira”. Esta ideia pode aplicar-se mais globalmente ao próprio processo de avaliação.

A avaliação, enquanto processo da competência exclusiva do psicólogo, utiliza diversos tipos de métodos e pode recorrer a diversos informadores e intervenientes. Do ponto de vista das ferramentas técnicas, o psicólogo socorre-se da observação do comportamento, dos resultados em diversas provas psicológicas, da análise do tipo e das peculiaridades da relação que o cliente consigo estabelece, entre outras (veja-se Campos, 2004, 2012).

A avaliação psicológica é, segundo Maloney e Ward (1976), um processo de recolha de informação que deverá ser integrada para testar

hipóteses relativas ao funcionamento do indivíduo, de forma a permitir a sua compreensão e das suas queixas, a previsão ou prognóstico do comportamento futuro e a planificação da intervenção.

A necessidade de compreensão no processo de avaliação é central. A avaliação psicológica é, segundo McReynolds (1975), um processo que visa a compreensão ou formulação de um juízo acerca de uma pessoa. O processo de avaliação é também único para cada caso. É um processo variável que depende, entre outros factores, dos intervenientes, do tempo disponível, do pedido formulado, do contexto em que ocorre (Simões, 1994) e do objectivo dessa avaliação.

Pode dizer-se, de acordo com Pruysser (1979), que a avaliação psicológica é um processo relativamente sistemático de observação de um indivíduo num determinado momento. No curso do processo de avaliação, o psicólogo socorre-se, fundamentalmente, de duas estratégias: recolhe a história do paciente e analisa a sua realidade actual. Este processo pode ser ilustrado pela *metáfora* de Menninger da salsicha seccionada. Na pele da salsicha está a história do indivíduo que não é acessível à observação. Poderá apenas ser reconstruída, eventualmente, a partir das memórias do paciente, de outros informadores ou através de dados objectivos provenientes de relatórios médicos, psicológicos ou escolares. Rememoração e construção da história que, na verdade, nunca estarão completas e por isso nunca serão total e verdadeiramente objectivas. A (re)construção da história é um processo contínuo e dinâmico que não se esgota ao fim de duas ou três entrevistas. Na verdade, pensamos, poderá demorar todo um processo psicoterapêutico.

Mas voltando a Menninger, na parte seccionada da salsicha está aquilo que o indivíduo é no momento actual, acessível à observação. O exame psicológico centrar-se-á, fundamentalmente, nessa parte seccionada da salsicha, na amostra de comportamento presente, embora a articulação com a história passada se torne sempre necessária (Pruysser, 1979). A compreensão da realidade actual do paciente implica uma articulação com a sua história passada. Avaliamos o funcionamento actual, mas este depende, necessariamente, de uma história pessoal e poderá não ser compreensível fora do contexto dessa história.

De facto, “o que está em causa é uma visão integrativa da avaliação. O indivíduo considerado como um todo, com uma experiência passada que moldou a sua personalidade, um funcionamento e uma organização presentes, com dificuldades e recursos para lhes fazer face e um maior ou menor potencial de evolução no futuro”. (Campos, 2004, pp. 97, 98). Integrativa também porque se espera que a avaliação seja um processo dinâmico que não deve ser separado do processo de intervenção.

Em avaliação da personalidade podemos distinguir as técnicas de avaliação, como a observação e a entrevista, dos testes ou métodos de avaliação, dos quais destacamos as escalas de hetero-avaliação, os inventários e questionários e os métodos projectivos. Note-se que em alguns casos, quando se utilizam grelhas de observação ou entrevistas estruturadas, estas técnicas adquirem um carácter estruturado.

No caso das escalas de hetero-avaliação, a avaliação reflecte a impressão que o indivíduo causou a outrem (pode ser o técnico ou outros informadores, pessoas próximas do indivíduo; no caso das crianças, pais e professores). As escalas de avaliação de comportamentos têm mesmo um papel extremamente importante em avaliação de crianças e adolescentes. O termo *escala de avaliação* é usado para designar os instrumentos de medida que são completados por terceiros em relação ao comportamento do indivíduo que está a ser avaliado. Implicam, como os questionários, descrições retrospectivas do comportamento. Podem ser avaliadas várias dimensões do funcionamento do indivíduo, quer globais, quer específicas (Simões, 1998a).

Estes instrumentos têm vantagens importantes, apesar de evidentes desvantagens, a mais importante das quais, não ser o próprio o indivíduo a avaliar-se, mas outrem, podendo a avaliação reflectir muito mais a impressão que o indivíduo causa nesse informador do que as suas reais características. Como vantagens, destaca-se o facto de permitirem obter informação que resulta de uma experiência passada do informador com o indivíduo, em várias circunstâncias. Não menos importante é o facto de permitirem a recolha de dados relativamente a comportamentos potencialmente raros, mas importantes como por exemplo, os comportamentos suicidários, que dificilmente seriam recolhidos através da

observação. Note-se ainda que se os pais são observadores privilegiados de comportamentos particularmente perturbadores, como por exemplo os roubos. Os professores também podem ter um papel privilegiado na avaliação da criança, porque podem comparar o seu comportamento com o de crianças da mesma idade. Estão em contacto com o comportamento normativo das crianças e portanto podem avaliar com mais facilidade eventuais desvios relativamente a ele. Finalmente, destacamos o facto da percepção dos pais e professores determinar o modo como interagem com a criança, o que influencia decididamente o seu comportamento (Simões, 1998a). Trata-se de uma rede complexa de inter-influências que importa analisar e compreender em avaliação psicológica (veja-se Campos, 2013).

No que se refere aos questionários ou inventários de personalidade, diga-se que consistem em conjuntos de itens, questões ou afirmações, sobre características pessoais, (sentimentos, comportamentos, atitudes ou pensamentos) relativamente aos quais os indivíduos se devem posicionar, respondendo às perguntas ou concordando/discordando com as afirmações (Kline, 1999).

As vantagens dos inventários e dos questionários de personalidade têm a ver com o facto de possuírem normas que permitem a interpretação dos resultados do indivíduo, comparando-os com os resultados do grupo normativo de referência. Além disso, podem, em muitos casos, ser respondidos num período de tempo relativamente breve. Por outro lado, a cotação é objectiva, não depende do examinador e a precisão é geralmente elevada, ou pelo menos, aceitável. Trata-se de medidas de auto-avaliação porque se pressupõe que o indivíduo fará uma auto-avaliação do seu comportamento. O pressuposto teórico fundamental por detrás destes instrumentos é de que o indivíduo é capaz de se avaliar e será mesmo quem está na melhor posição para fornecer informação sobre si próprio, pelo que se assume que os questionários serão métodos úteis em avaliação da personalidade (Kline, 1999). Naturalmente que os questionários não estão isentos de problemas, de que se destaca a questão do auto-relato. Aquilo que o indivíduo comunica a partir de um questionário pode não corresponder ao seu comportamento real. O sujeito pode estar a

mentir no momento em que se auto-avalia ou pode saber pouco sobre o seu comportamento, mesmo quando a sua motivação para proporcionar um auto-relato fidedigno existe.

Finalmente os métodos projectivos. Apesar das muitas críticas a que foram sujeitos ao longo da história, continuam a ser métodos privilegiados em avaliação da personalidade (Marques, 1994). As vantagens da sua utilização prendem-se, sobretudo, com a riqueza da informação que permitem obter e com o aspecto holístico e integrativo das análises que são possíveis a partir dos protocolos. Mas também se prendem com o facto de serem medidas indirectas, em oposição aos inventários e questionários. Proporcionam informação que de outro modo estaria indisponível, simplesmente porque a pessoa não tem acesso a ela (não tem consciência de determinadas características em si), ou não quer revelá-la, por exemplo, quando pretende falsear os resultados de uma avaliação.

Este último aspecto relaciona-se com uma das características que permite definir a especificidade deste tipo de métodos, que é o facto de um desconhecimento por parte dos indivíduos dos objectivos da avaliação ou pelo menos, sobre quais e como os elementos das respostas se relacionam com aspectos específicos da personalidade (Lindzey, 1961; Anastasi & Urbina, 1997; Fernandez-Balesteros, 2005). Por exemplo, o indivíduo não saberá que a utilização sistemática da cor negra como determinante das respostas ao Rorschach pode relacionar-se com a presença de afectividade negativa, muito comum em indivíduos deprimidos. A riqueza da informação que permitem obter e o facto de serem medidas indirectas, bem como a relatividade das críticas que são normalmente apresentadas, tornam, em nossa opinião, os métodos projectivos, ou pelo menos alguns deles, métodos importantes em avaliação da personalidade (veja-se sobre esta discussão Campos, 2011).

No entanto, limitações psicométricas e as dificuldades na interpretação e consequentemente, a necessidade de uma exigente formação do utilizador são problemas importantes que têm sido apontadas aos métodos projectivos (Fernández-Balesteros, 2005).

Complementaridade entre diferentes tipos de métodos. Métodos diferentes para avaliação dos mesmos constructos? - O exemplo da dependência interpessoal

A utilização de vários tipos de métodos em avaliação da personalidade tem como objectivo uma descrição válida e o mais completa possível do funcionamento psíquico do indivíduo. É uma exigência básica para uma melhor compreensão da complexidade da pessoa (Simões, 1999). Há um aspecto importante que é o da independência entre métodos, ou seja, diferentes métodos proporcionam tipos de informação distintos. Muitas vezes produzem informação discrepante que é necessário integrar e dar sentido. Por outro lado, diferentes métodos permitem obter tipos de informação qualitativamente diferentes ou específicos (independentemente de a informação recolhida ser ou não contraditória) e poderão ser todos necessários para um entendimento sobre o indivíduo. Pode citar-se ainda as potencialidades e as limitações específicas de cada método, pelo que se torna necessário recorrer a vários métodos para validação das interpretações que se realizam (Simões, 1999).

Diferentes métodos proporcionam informação qualitativamente diferente, ainda que falemos de um mesmo constructo. Na literatura, são muito citados os estudos sobre a dependência interpessoal (e.g., Bornstein, 1998). Apesar de se poder afirmar que os métodos de auto-avaliação (os questionários) e os métodos indirectos (projectivos) medem este constructo, na verdade medem diferentes aspectos do constructo. Os primeiros medem as necessidades auto-atribuídas de dependência e os segundos, as necessidades implícitas de dependência. Prevêem também diferentes tipos de comportamentos. Medidas de auto-avaliação da dependência prevêem o comportamento dependente em situações em que a característica dependente é saliente e as medidas indirectas de dependência prevêem o comportamento em situações mais espontâneas em que a dependência não é saliente. Os dois tipos de medidas estão apenas moderadamente correlacionados, o que faz pensar na importância de utilizar diferentes instrumentos para avaliar diferentes aspectos do mesmo constructo e verificar a existência de eventuais discrepâncias entre resultados (Cogswell, 2008).

Para além de considerar as vantagens de utilizar diferentes tipos de métodos em avaliação, a possibilidade de recorrer a vários informadores é também um aspecto central do processo (Simões, 1994). Consideramos que esta questão é especialmente relevante no caso da avaliação de crianças ou, quando por motivos diversos, os indivíduos não estão em condições de proporcionar informação fiável e válida.

Métodos diferentes para diferentes indivíduos?

Não há métodos melhores e métodos piores, há métodos com vantagens, mas sempre com limitações, métodos que avaliam diferentes aspectos psicológicos ou o mesmo constructo psicológico a níveis diferentes, e ainda, métodos que se adequam mais a um indivíduo do que a outro. Vejamos agora este último ponto. Apesar de assumirmos claras vantagens nos métodos projectivos em avaliação da personalidade, reconhecemos também que apresentam diversas limitações já referidas, nomeadamente as dificuldades na interpretação, sobretudo para quem se inicia na tarefa de avaliação psicológica, e limitações psicométricas. Acresce que a situação menos estruturada e a ambiguidade dos estímulos dos métodos projectivos nem sempre são sinónimo de uma expressão produtiva e rica e podem mesmo ser factor de inibição para alguns indivíduos. Por vezes, indivíduos que se pensa que iriam reagir mal, respondem favoravelmente a itens estruturados sob a forma de um inventário ou questionário e mal aos estímulos de um método projectivo, sendo o contrário também verdade. Alguns indivíduos preferem a ‘liberdade’ de resposta da situação projectiva quando, à partida, se supunha que reagiriam melhor à estrutura imposta por um questionário. Daí pensarmos que métodos mais estruturados, como os questionários, ou no caso de crianças, também as escalas de avaliação de comportamentos, a serem respondidas por pais e professores, se devem combinar com metodologias mais abertas, com os métodos indirectos, nas diferentes situações de avaliação e diagnóstico psicológico (veja-se Campos, 2012).

Esta é uma discussão que claramente se liga com a anterior, a da necessidade de utilizar diferentes tipos de métodos em avaliação psicológica, remetendo para a questão da

complementaridade dos diferentes métodos discutida na secção anterior.

Uma bateria fixa ou uma bateria flexível de provas?

Importa também discutir uma outra questão, para além das vantagens de utilizar diferentes tipos de métodos, abordada por exemplo por Beutler e Groth-Marnat (2003), que tem a ver com a natureza da bateria de provas a utilizar em avaliação, ou seja, optar por utilizar uma bateria única e fixa *versus* utilizar uma bateria flexível de provas. Segundo a primeira perspectiva, a mesma bateria de testes é aplicada a todos os indivíduos, embora a interpretação dependa, obviamente, do sexo, idade e do pedido de avaliação. A utilização sistemática de uma bateria fixa de provas permite comparar pacientes entre si, o mesmo paciente ao longo do tempo, avaliar pontos fortes e pontos fracos, estabelecer prognósticos e planificar a intervenção. Os instrumentos que compõem estas baterias são escolhidos para assegurar que são avaliados diversos domínios como a cognição, o funcionamento interpessoal, os sintomas e o prognóstico. A utilização deste tipo de baterias tem algumas vantagens relativamente às baterias flexíveis. Se uma determinada bateria de provas é sistematicamente usada, então o psicólogo pode, de certa forma, desenvolver uma expectativa acerca do desempenho típico / normativo. Desvios relativamente a esse desempenho podem assinalar questões clínicas importantes (Cates, 1999). Mas, obviamente, há desvantagens nesta metodologia, sobretudo a falta de flexibilidade para avaliar as questões únicas colocadas na avaliação de um dado caso.

De acordo com a perspectiva focalizada no problema, a bateria de provas a utilizar deverá ser composta por instrumentos que são intencionalmente focados nas questões do paciente. A bateria poderá então ser muito diferente para cada paciente em função da natureza das questões a que é necessário dar resposta. As vantagens desta perspectiva individualizada estão na sua capacidade para responder especificamente às questões colocadas. Quanto às desvantagens, destaca-se o facto de o clínico poder não dominar provas suficientes para que as possa utilizar todas de forma adequada, não permitindo a obtenção de dados válidos no

processo de avaliação em todas as situações (Beutler & Groth-Marnat, 2003).

Uma terceira possibilidade é combinar as duas perspectivas. Dois métodos são possíveis. Uma das possibilidades é o clínico usar diferentes baterias fixas num determinado *setting*, em função do tipo de problema. A outra, provavelmente mais vantajosa, é o clínico usar uma bateria fixa de alguns instrumentos e “completar” essa bateria com testes específicos em função do paciente e da natureza do pedido de avaliação. Os testes suplementares permitem uma avaliação das áreas de funcionamento relevantes para a questão subjacente à avaliação, enquanto os testes aplicados sistematicamente a todos os indivíduos permitem uma maior comparação entre indivíduos e do mesmo indivíduo ao longo do tempo (Beutler & Barren 1995).

Múltiplos instrumentos unidimensionais ou um instrumento multi-dimensional?

Outra questão/dicotomia que se pode colocar em avaliação da personalidade é a da utilização de diversos instrumentos unidimensionais que avaliam aspectos específicos do funcionamento do indivíduo *versus* a utilização de um instrumento multi-dimensional ou de banda larga que tenta fazer uma caracterização mais global e holística do indivíduo, por exemplo, e pensando nos métodos projectivos, a utilização do método do Rorschach. Naturalmente que dentro da rubrica dos questionários e das escalas de avaliação pode colocar-se esta mesma distinção entre instrumentos unidimensionais e multi-dimensionais. Um instrumento como o MMIP-2, por exemplo, multi-dimensional, pode avaliar diversos aspectos do funcionamento psicológico e psicopatológico. A lógica do desenvolvimento de escalas suplementares, apesar de nem sempre devidamente validadas (veja-se Green, 2000), é justamente a de “usar” os mesmos itens para desenvolver medidas que possam avaliar constructos muito diferentes entre si e que permitiram com um só instrumento avaliar desde logo, muitos aspectos diferentes do funcionamento psicológico. A resposta colocada à pergunta no início desta secção poderia parecer imediata e pensar-se que a segunda hipótese seria mais vantajosa, mas alguns aspectos poderão tornar essa resposta menos evidente. Um primeiro

aspecto é a complexidade que a interpretação, sobretudo uma interpretação mais holística dos dados obtidos com os métodos projectivos, pode ter. Um segundo aspecto, talvez mais determinante, é que apesar de podermos “usar o método certo”, simplesmente determinado tipo de informação poder não estar lá (veja-se Exner, 2003, Sendin 2008; Weiner, 1997). Estamos dependentes da riqueza do protocolo obtido. Digase em jeito de parêntesis, que o carácter mais ou menos globalista e integrativo da interpretação das respostas a um método projectivo como o Rorschach dependerá, pensamos, de vários aspectos: do conhecimento do intérprete sobre o teste, do seu conhecimento teórico e experiência clínica, da riqueza do protocolo obtido, bem como da maior ou menor quantidade de investigação disponível, nomeadamente sobre a validade das variáveis obtidas com a prova que se está a utilizar. São, aliás, esses dados provenientes da investigação, associados à capacidade teórica e à experiência do clínico, que tornarão legítimas as inferências interpretativas realizadas.

Repare-se aliás, que uma das características que define os métodos projectivos não é tanto a possibilidade de uma análise holística da personalidade a partir das respostas (Lindzey, 1961), mas antes a multi-dimensionalidade das respostas (Lindzey, 1961; Fernandez-Balesteros, 2005); quer isto dizer que as mesmas respostas permitem conhecer ou contribuir para o conhecimento de diversas características de personalidade, por exemplo, a imagem de si, os afectos ou as relações interpessoais. Mas a interpretação não é obrigatoriamente holística. O teste permite uma análise holística, mas a opção é do psicólogo que pode realizar ou não esse tipo de análise.

Uma opção que nos parece legítima e mais simplificada poderá ser a de utilizar um método mais aberto ou multi-dimensional, mas centrar a interpretação em aspectos particulares do funcionamento psicológico, em função das necessidades do clínico, mas também em função dos elementos que o protocolo fornece.

Teoria psicodinâmica em avaliação psicológica, sim ou não?

Assumimos a noção de *avaliação e diagnóstico psicodinâmico*, mas gostaríamos de

precisar o seu sentido específico. Avaliação e diagnóstico psicodinâmico na charneira, inter-cruzando a psicopatologia dinâmica e a avaliação psicológica, caracterizando o resultado de uma compreensão psicodinâmica do indivíduo avaliado em contexto clínico, independentemente do tipo de técnicas utilizadas, e que recorre ao corpo de conhecimentos da Psicologia e da Psicopatologia psicodinâmica. Avaliação e diagnóstico sustentados por um olhar psicodinâmico sobre o funcionamento psíquico e sobre a psicopatologia e que permite uma formulação do caso em situações de avaliação clínica (Campos, 2012).

Por um lado, pensamos que o conhecimento da psicopatologia dinâmica pode, e contribui, sobremaneira, para o diagnóstico psicológico e para a avaliação em Psicologia, quer se opte ou não pela utilização de provas psicológicas, métodos formais de avaliação. É que sem um corpo teórico de referência, seja ele qual for, não é possível avaliar nenhum paciente. Sem teoria não há avaliação. Ela serve para dar sentido àquilo que se observa (Simth, 1998). Diagnóstico psicodinâmico, no sentido aqui utilizado, é mesmo o pôr em prática a teoria psicodinâmica, colocá-la ao serviço do cliente/paciente e do processo de avaliação, o que permitirá um olhar e uma compreensão do caso.

Assim, o conhecimento psicopatológico numa perspectiva psicodinâmica dá corpo, dá sentido à avaliação do paciente. O diagnóstico é precisamente, como dissemos, o pôr em prática o conhecimento teórico, proveniente da investigação empírica e da observação clínica, ao serviço da avaliação, da compreensão e da leitura dos resultados e das queixas e do mundo interno do indivíduo¹ Mas também é verdade que a avaliação, quando bem conduzida, objectiva e valida o corpo teórico de referência, aplicando-o ao processo de avaliação e a cada caso em particular - pelo seu carácter sistemático, técnico e ético da recolha de dados. Avaliar sob uma perspectiva teórica, sim, mas a perspectiva teórica só faz sentido quando a avaliação é bem

¹ Na perspectiva que aqui assumimos, uma leitura aprofundada e apurada da(s) queixa(s) dependerá, justamente, da compreensão da interioridade do indivíduo, que resulta da sua história de vida e deve ser lida à luz dessa história. As queixas devem também ser lidas em função das circunstâncias e acontecimentos de vida externos que interagem com "a interioridade" do indivíduo no desencadear do sofrimento actual.

conduzida e quando sabemos ler o que a teoria previamente nos ensinou nos resultados de uma prova, no comportamento que observamos frente-a-frente, ou no material recolhido numa entrevista. Por conseguinte, é fundamental, a correcta utilização da técnica na recolha e posteriormente na leitura da informação (não apenas o saber teórico), ou seja, por exemplo, saber como aplicar, cotar e interpretar uma prova psicológica, como colocar as perguntas e saber estar numa entrevista, ou saber que aspectos observar num dado paciente e, ainda, e não menos importante, a utilização de métodos bem validados e a consciência da importância do rigor psicométrico. Teoria psicodinâmica e avaliação psicológica poderão e deverão estar, assim, ao serviço uma da outra (Campos, 2012).

O diagnóstico psicodinâmico e uma proposta de avaliação psicológica psicodinâmica

Bornstein (2005, 2006) considera que para uma caracterização da dinâmica interna do indivíduo, três constructos são fundamentais: os introjectos, isto é, as representações objectais e do *Self*, os mecanismos de defesa e a força do Ego, constructos e sua avaliação que permitirão caracterizar e classificar a patologia em níveis de gravidade, propondo o que designa de *modelo tripartido da psicopatologia*. A consideração destes três aspectos permite, de alguma forma, compreender como é que perturbações ocorridas cedo no desenvolvimento podem ter um efeito duradouro e mais tarde comprometer o funcionamento psicológico dos indivíduos, gerando a disfuncionalidade. Além do mais, estes três elementos estão relacionados e tendem a co-variarem (Trimboli & Farr, 2000). Assim por exemplo, níveis elevados de força do Ego estão associados a defesas adaptativas e a introjectos benignos, enquanto níveis baixos de força do Ego se relacionam com defesas rígidas e imaturas e introjectos malevolentes (Sugarman, 2000).

Na perspectiva psicanalítica, o Ego é responsável pelo pensamento racional, pelo teste da realidade e pelo controlo dos impulsos. As experiências relacionais precoces condicionam o desenvolvimento do Ego e a capacidade do indivíduo para lidar eficazmente com os impulsos e de ter um contacto adequado com a realidade. Um estilo parental positivo e um processo

desenvolvimental marcado por disrupções mínimas permitirão que a criança, e mais tarde o adulto, possam utilizar a sua energia psíquica no manejo dos impulsos e no teste da realidade. Relações disfuncionais entre a criança e as figuras significativas, por outro lado, desviarão a energia psíquica das funções adaptativas do Ego porque, pelo menos, parte dos recursos internos terão de ser utilizados para lidar com as experiências traumáticas (Bornstein, 2005). Embora a força do Ego possa variar contextualmente em função de aspectos diversos, alguns trabalhos mostram também que a força do Ego tende a ser bastante estável (e.g., Nestor, 2002).

Conforme o desenvolvimento se processa e os indivíduos chegam à adolescência e à idade adulta, desenvolvem um estio defensivo particular – uma forma típica de lidar com os conflitos, com a ansiedade e com as ameaças internas e externas. Experiências desenvolvimentais precoces gratificantes associam-se à construção de um estilo defensivo flexível e adaptativo (e.g., Vaillant, 1994, Ihlevich & Gleser, 1986), mas experiências negativas conduzem à construção de um estilo menos eficiente na forma de lidar com a ansiedade, envolvendo maior distorção da realidade interna e externa (Bornstein, 2005). Os mecanismos de defesa prevêm o funcionamento dos indivíduos em áreas muito diversas (e.g., Cramer, 2000; Perry, 1991).

As experiências de cuidado são internalizadas sob a forma de representações mentais do *Self* e dos outros. Estas representações, também designadas por alguns autores de *introjectos*, evoluem ao longo do tempo mas têm também qualidades relativamente estáveis e difíceis de modificar (Westen, 1991; Bornstein 2005). A investigação realizada por diversos autores (e.g., Blatt, 2008) confirma que pessoas cujos introjectos são conceptualmente evoluídos e afectivamente positivos têm menor probabilidade de desenvolver psicopatologia significativa (Bornstein, 2006). Note-se também que há relações previsíveis entre as representações objectais e as representações do *Self*. Na maior parte das vezes, estes dois tipos de representações são estruturas que se reforçam mutuamente (Bornstein, 2005, 2006).

McWilliams (2004) também destaca na sua proposta de avaliação e formulação psicanalítica

de casos, para além da avaliação de dimensões como os afectos e as crenças do indivíduo, a avaliação do estilo defensivo, quer das defesas mais caracteriais, estáveis, quer das defesas que designa de situacionais, as identificações, os padrões de relação, que na verdade têm justamente a ver e são consequência, respectivamente, das representações de objecto, e ainda, a questão da auto-estima que podemos considerar um aspecto específico a incluir na avaliação do *Self*. Smith (1998) apresenta uma proposta de avaliação muito semelhante a esta.

A *Operationalized Psychodynamic Diagnosis-2* (OPD-2; OPD Task Force, 2008), um importante manual de diagnóstico psicodinâmico, apresenta para o eixo IV uma proposta de avaliação da estrutura interna do indivíduo, estrutura esta que é definida como remetendo, na verdade, para a descrição dos introjectos, ou seja, do *Self* e das suas relações com os outros, da delimitação interno-externo, da percepção dos outros, da regulação do *Self* e das relações objectais e da qualidade das vinculações. Esta avaliação é realizada com base no material apresentado em entrevista, nomeadamente, interacções e experiências relatadas, contra-transferência experimentada pelo entrevistador e capacidade introspectiva demonstrada pelo indivíduo.

Gabbard (1998) propõe um esquema bastante completo para uma avaliação psicodinâmica na prática clínica. Para além da avaliação de aspectos mais descritivos e psiquiátricos, de que destacamos a interacção entre os eixos I e IV do DSM-IV, ou seja a relação entre o diagnóstico sindromático e uma caracterização dos acontecimentos de vida significativos (problemas psicossociais), propõe uma avaliação de diversos aspectos que permitirão uma formulação de caso psicodinâmica, em três áreas fundamentais: o Ego, as relações de objecto e o *Self*. No primeiro capítulo, podem destacar-se a força do Ego e os mecanismos de defesa. Salienta ainda a relação entre Ego e Super-ego. Na verdade, uma avaliação do Ego implica compreender como é que fluem as relações entre as três instâncias psíquicas: Ego, Id e Super-ego. No que respeita à avaliação objectal, para além da avaliação da própria relação com o clínico, Gabbard propõe que sejam avaliadas as relações com familiares, de onde se destaca, no

adolescente, as relações com os pais e no adulto, com o cônjuge, e a avaliação das representações de objecto. Finalmente, no capítulo da avaliação do *Self*, propõe que seja avaliada a auto-estima, os objectos do *Self* de acordo com a perspectiva de Kohut (1971) e a identidade e, ainda, as fronteiras do *Self* e as relações mente-corpo, ou seja, a forma como o indivíduo percebe o seu próprio corpo e se relaciona com ele; se há limites corporais bem definidos ou se pelo contrário eles são ténues, precisando o indivíduo de os definir. Mais recentemente, Gabbard (2006) acrescenta que se avalie também a capacidade de mentalização.

Por outro lado, para Blatt (1991, 2008) as diferentes perturbações podem ser conceptualizadas em torno de duas grandes configurações psicopatológicas. Em resultado de perturbações no processo normal de desenvolvimento, alguns indivíduos tornam-se excessivamente preocupados com o relacionamento, em detrimento do desenvolvimento da auto-definição (Blatt & Blass, 1992). Outros, lidam com as perturbações no processo dialético de desenvolvimento exagerando as tentativas de consolidar um sentido do *Self* em detrimento do estabelecimento de relações significativas. Pode, assim, considerar-se duas configurações primárias de psicopatologia, anaclítica e introjectiva, consoante a ênfase é colocada no relacionamento ou na auto-definição (Blatt, 2008). O autor salienta a importância da avaliação destas duas dimensões, relacionamento e auto-definição e de uma caracterização básica da configuração/estilo de personalidade/psicopatologia que o indivíduo privilegia, dadas as implicações clínicas que essa avaliação pode ter.

A distinção entre duas configurações de psicopatologia é importante para o processo terapêutico. Os pacientes anaclíticos e os pacientes introjectivos mudam de forma diferente e respondem diferencialmente a diferentes tipos de intervenção terapêutica (Blatt, 1990, 1991, 1995, 2008). Os trabalhos de Blatt (2008) também mostram a importância da avaliação dos introjectos para o processo terapêutico. A evolução no processo psicoterapêutico envolverá, muito provavelmente, segundo o autor, uma reactivação do processo de desenvolvimento normal e uma revisão das representações objectais

e do *Self* (Blatt & Luyten, 2009). Também a força do Ego (Bornstein, 2006; Meyer & Handler, 1997) e os mecanismos de defesa (e.g., Ihilevich & Gleser, 1991, 1995) são aspectos relevantes na avaliação psicodinâmica pela importância que têm para o processo terapêutico.

Conclusão

Propomos uma avaliação psicológica psicodinâmica centrada em quatro grandes áreas: por um lado, a avaliação objectal (representações objectais e relacionamentos familiares e amorosos), a avaliação do *Self* e a avaliação do Ego e, por outro, uma avaliação do relacionamento e da auto-definição ou das características anaclíticas ou introjectivas da personalidade, combinando de certo modo uma avaliação de aspectos de cariz mais *evolutivo* com uma avaliação *caracteriológica* ou, nas palavras de McWilliams (2005), uma abordagem *maturacional* ou *maturativa* e uma abordagem *tipológica* no diagnóstico psicodinâmico. Vários autores combinam estas duas perspectivas na conceptualização da psicopatologia, como é o caso de Kernberg (2004) e parece-nos legítimo fazer uma aproximação a esta lógica numa proposta de avaliação psicológica psicodinâmica.

Assumimos um entendimento psicodinâmico do mal-estar e da disfuncionalidade e assumimos igualmente que a compressão das queixas apresentadas pelos indivíduos em avaliação psicológica implica, para além de outros aspectos, uma caracterização das áreas acima referidas, logo, uma caracterização da dinâmica interna da pessoa.

Note-se também que o objectivo é a compressão do indivíduo e a caracterização do seu funcionamento interno, não um diagnóstico no sentido formal, muito menos um diagnóstico nosológico. Esta questão remeteria, no fundo, para uma outra discussão em avaliação da personalidade que não aprofundaremos – qual é o seu fim último (caracterizar e compreender a personalidade, ou realizar um diagnóstico formal? – veja-se Weiner, 2000a, 2000b). Se o objectivo é chegar a um diagnóstico de cariz nosológico, por exemplo, então os métodos de avaliação mais formais para nada servem, dado que esse

diagnóstico pode ser efectuado de forma mais eficaz através de entrevistas (Smith, 1998). Os testes servirão, sobretudo, como auxílio à caracterização da estrutura da personalidade (para uma avaliação psicológica compreensiva, que é a única forma de avaliação a que uma teoria psicanalítica do funcionamento psicológico pode dar origem), estrutura da personalidade essa que explicaria as queixas e os sintomas. Os testes serão uma boa ferramenta para o estudo dos processos mentais, podendo auxiliar na tomada de decisão terapêutica. As provas psicológicas podem ajudar a decifrar o *puzzle clássico* – um mesmo comportamento pode reflectir tipos de funcionamento interno muito diferentes e o mesmo tipo de funcionamento interno pode originar comportamentos diferentes (Smith, 1998).

Em avaliação psicológica propomos a utilização de instrumentos formais de avaliação. De qualquer forma, não decorre desta proposta a ideia de que enquanto estratégias de avaliação, estes instrumentos têm um estatuto superior ao de outro tipo de técnicas como a entrevista e a observação. A entrevista, podendo ser um método informal de avaliação é, também, uma metodologia de excelência. Em muitos casos o psicólogo não utiliza métodos formais, mas realiza sempre uma ou mais entrevistas. A entrevista permite, entre outros aspectos, estabelecer uma relação de confiança antes da eventual aplicação de testes psicológicos, permite conhecer as expectativas e motivação relativamente à avaliação (do indivíduo e de outros informadores), recolher dados sobre a história e contexto de vida do indivíduo e levantar hipóteses que serão posteriormente testadas mediante o uso de outros instrumentos. Os dados da entrevista podem ser integrados com os dados provenientes de outros métodos (Simões, 1998b). A entrevista é também um espaço privilegiado de observação de comportamentos. É claro que a entrevista, enquanto metodologia de avaliação, também apresenta problemas. Uma avaliação e um diagnóstico com base na entrevista implicam que o psicólogo esteja dependente da capacidade (e da vontade) do indivíduo de revelar informação; essa avaliação será sempre assente no auto-relato do indivíduo (veja-se Bornstein 2001). Além do mais, não permite uma mensuração

objectiva dos constructos aqui propostos, que poderão apenas ser avaliados informalmente.

Apenas um parêntesis para referir que a utilização ou não de provas psicológicas numa determinada avaliação poderá depender de vários aspectos (veja-se Pallás & Lorens, 2010). Do tempo disponível, da natureza do caso, do *setting* em causa e do objectivo e, portanto, do pedido, ou seja, da razão que motivou o indivíduo a recorrer ao clínico. O tipo de provas a utilizar dependerá também de vários aspectos. As referências teóricas do psicólogo poderão ser importantes.

Faz-nos sentido a utilização de instrumentos unidimensionais e de auto-avaliação. Na verdade, faz também sentido utilizar instrumentos que avaliem uma área específica do funcionamento interno, por exemplo, as representações objectais, mas avaliem essas representações relativamente a uma multiplicidade de aspectos, e que se pode considerar que apresentam algumas das características dos métodos projectivos - é o caso do *Object Relations Inventory*. Outro exemplo é o CAT, mas especificamente para a avaliação dos mecanismos de defesa.

Finalmente, assumimos uma lógica da utilização de uma bateria fixa de provas para a avaliação das quatro áreas do funcionamento psicológico (aspectos psicodinâmicos) que referimos, mas com a possibilidade de utilizar adicionalmente outros instrumentos para avaliar outros aspectos que se consideram relevantes numa avaliação clínica da personalidade, como os sintomas psicopatológicos, os acontecimentos de vida negativos e o risco suicidário (veja-se Casullo & Scheinsohn, 2006). Para uma avaliação mais global, salientamos ainda a possibilidade de utilização de instrumentos de avaliação da Psicopatologia que não sejam apenas sensíveis a aspectos de estado, mas também de traço, como o MMPI-2 e o Inventário Multiaxial Clínico Millon-III ou a versão para adolescentes (MACI), entre outros.

Referências

- Anastasi, A., & Urbina, S. (1997). *Psychological testing* (7th ed.). Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall.
- Beutler, L. E., & Berren, M. R. (Eds.) (1995). *Integrative assessment of adult personality*. New York: Guilford.
- Beutler, L. E., & Groth-Marnat, G. (2003). *Integrative assessment of adult personality* (2nd ed). New York: Guilford Press.
- Blatt, S. J. (1991). A cognitive morphology of psychopathology. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 179, 449-458.
- Blatt, S. J. (2008). *Polarities of experience: Relatedness and self-definition in personality development, psychopathology, and the therapeutic process*. Washington, DC: American Psychological Association Press.
- Blatt, S., J., & Blass, R. B. (1992). Relatedness and self-definition: Two primary dimensions in personality development, psychopathology, and psychotherapy. In J. W. Barron, M. N. Eagle & D. L. Wolitzky (Eds.), *Interface of Psychoanalysis and Psychology* (p. 399-428). Washington, DC: American Psychological Association.
- Blatt, S., & Luyten, P. (2009). A structural-developmental psychodynamic approach to psychopathology: Two polarities of experience across the life span. *Development and Psychopathology*, 21, 793-814.
- Bornstein, R. F. (1998). Implicit and self-attributed dependency strivings: Differential relationships to laboratory and field measures of help-seeking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 778-787.
- Bornstein R. F. (2001). Clinical utility of the Rorschach inkblot method: Reframing the debate. *Journal of Personality Assessment*, 77, 39-47.
- Bornstein, R. F. (2005). Psychodynamic theory and personality disorders. In S. Strack (Ed.), *Handbook of personology and psychopathology* (pp. 164-180). Hoboken, John Wiley & Sons, Inc.
- Bornstein, R. F. (2006). A Freudian construct lost and reclaimed: The psychodynamics of personality pathology. *Psychoanalytic Psychology*, 23, 339-353.
- Campos, R. C. (2004). O processo de avaliação da personalidade e os instrumentos de medida que utiliza: Algumas notas em torno da sua caracterização em contexto clínico. *Ciência Psicológica*, 9, 95-113.

- Campos, R. C. (2011). 'It might be what I am': Looking at the use of Rorschach in psychological assessment. *Journal of Projective Psychology & Mental Health*, 18, 28-38.
- Campos, R. C. (2012). *Textos sobre psicopatologia e diagnóstico psicodinâmico*. Lisboa: Climepsi.
- Campos, R. C. (2013). Além dos números há uma pessoa: Sobre a utilização clínica de testes. *Avaliação Psicológica*, 12, 291-298.
- Casullo, M. M., & Scheinsohn, J. J. (2006). Comportamentos suicidas en situaciones de internación psiquiátrica. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, 22, 29-42.
- Cates, J. A. (1999). The art of assessment in Psychology: Ethics, expertise and validity. *Journal of Clinical Psychology*, 55, 631-641.
- Cogswell, A. (2008). Explicit rejection of an implicit dichotomy: Integrating two approaches to assessing dependency. *Journal of Personality Assessment*, 90, 26-35.
- Cramer, P. (2000). Defense mechanisms in psychology today: Further processes for adaptation. *American Psychologist*, 55, 637-646.
- Exner, J. E., Jr. (2003). *The Rorschach: A Comprehensive System (Vol 1): Basic foundations and principles of interpretation* (4rd ed.). New York: John Wiley & Sons.
- Fernández-Ballesteros, R. (Ed.) (2005). *Evaluación psicológica: Conceptos, métodos y estudio de casos* (2ª ed.). Madrid: Ediciones Pirâmide.
- Gabbard, G. O. (1998). *Psiquiatria psicodinâmica – baseado no DSM-IV*. Porto Alegre: ArtMed Editora.
- Gabbard, G. O. (2006). *Psiquiatria psicodinâmica na prática clínica* (4ª ed). Porto Alegre: ArtMed Editora
- Green, R. G. (2000). *The MMPI-2: An interpretive manual*: Boston: Allyn and Bacon.
- Hunt, W. A. (1946). The future of diagnostic testing in clinical psychology. *Journal of Clinical Psychology*, 2, 311-317.
- Ihilevich, D., & Gleser, G. C. (1986). *Defense mechanisms: Their classification, correlates, and measurement with the Defense Mechanisms Inventory*. Owosso: DMI Associates.
- Ihilevich, D., & Gleser, G. C. (1991). *Defenses in psychotherapy: The clinical application of the Defense Mechanisms Inventory*. Owosso: DMI Associates.
- Ihilevich, D., & Gleser, G. C. (1995). The Defense Mechanisms Inventory: Its developmental and clinical applications. In Conte, H., & Plutchik, R. (Eds), *Ego Defenses: Theory and Measurement*. New York: Einstein Psychiatry Publication.
- Kernberg, O. (2004). Borderline personality disorder and borderline personality organization. In Magnavita, J. J. (Ed.), *Handbook of personality disorders: Theory and practice* (pp. 92-119). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Kline, P. (1999). *Handbook of psychological testing*. London: Routledge.
- Kohut, H. (1971). *The analysis of the Self*. New York: International University Press.
- Lindzey, G. (1961). *Projective techniques and cross-cultural research*. New York: Apleton-Century Crofts.
- Maloney, M. P., & Ward, M. P. (1976). *Psychological assessment: A conceptual approach*. New York: Oxford University Press.
- Marques, M. E. (1994). Do desejo de saber ao saber do desejo: Contributos para a caracterização da situação projectiva. *Análise Psicológica*, 12, 431-439.
- McReynolds, P. (1975). *Preface: Advances in psychological assessment* (vol III). San Francisco: Jossey-Bass.
- McWilliams, N. (2004). *Formulação psicanalítica de casos*. Lisboa: Climepsi.
- McWilliams, N. (2005). *Diagnóstico psicanalítico*. Lisboa: Climepsi.
- Meyer, G. J., & Handler, L. (1997). The ability of the Rorschach to predict subsequent outcome: A meta-analysis of the Rorschach Prognostic Rating Scale. *Journal of Personality Assessment*, 69, 1-38.
- Nestor, P. G. (2002). Mental disorder and violence: Personality dimensions and clinical features. *American Journal of Psychiatry*, 159, 1973-1978.
- OPD Task force (Ed.) (2008). *Operationalized*

- psychodynamic diagnosis OPD-2. Manual of diagnostics and treatment planing.* Gottingen: Hogrefe & Huber.
- Pallás, C. M., & Lorens, O. G. (2010). Enfoque de la Evaluación Psicológica de la Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, 30, 35-55.
- Perry, J. C. (1991). *Defense Mechanisms Rating Scale.* Boston: Cambridge Hospital.
- Pruyser, P. W. (1979). *The psychological examination: A guide for clinicians.* New York: International Universities Press.
- Sendin, C. (2007). *Manual de interpretación del Rorschach para el Sistema Comprensivo* (3ª ed). Madrid: Editorial Psimática.
- Silva, D. R. (1998). *Curso do Sistema Integrativo do Rorschach (SIR) de Exner.* Secção de Avaliação da Personalidade da Sociedade Portuguesa de Psicologia, Lisboa.
- Simões, M. R. (1994). Notas em torno da arquitectura da avaliação psicológica. *Psychologica*, 11, 7-44.
- Simões, M. R. (1998a). Avaliação psicológica e diagnóstico da perturbação da hiperactividade com déficite de atenção (II): Escalas de avaliação. *Psychologica*, 19, 83-109.
- Simões, M. R. (1998b). Avaliação psicológica e diagnóstico da perturbação da hiperactividade com déficite de atenção (I): Entrevistas. *Psychologica*, 19, 43-81.
- Simões, M. R. (1999). O ensino e a aprendizagem da avaliação psicológica: O caso da avaliação da personalidade. *Psychologica*, 22, 135-172.
- Smith, B. L. (1998). Psychological testing, psychodiagnosis and psychotherapy. In Barron, J. W. (Eds), *Making diagnosis meaningful: Enhancing evaluations and treatment of psychological disorders* (pp. 227-245). Whashington: American Psychological Association.
- Sugarman, A. (2000). The contribution of psychoanalytic theory to psychological testing. *Psychoanalytic Psychology*, 17, 3-23.
- Trimboli, F., & Farr, K. L. (2000). A psychoanalytic guide for essential treatment planning. *Psychoanalytic Psychology*, 17, 336-359.
- Vaillant, G. E. (1994). Ego mechanisms of defense and personality pathology. *Journal of Abnormal Psychology*, 103, 44-50.
- Weiner, I. B. (1983). The future of psychodiagnosis revisited. *Journal of Personality Assessment*, 53, 827-831.
- Weiner, I. B. (1997). Current status of the Rorschach Inkblot Method. *Journal of Personality Assessment*, 68, 5-19.
- Weiner, I. B. (2000a). Making Rorschach interpretation as good as it can be. *Journal of Personality Assessment*, 74, 164-174.
- Weiner, I. B. (2000b). Using Rorschach properly in practice and research. *Journal of Clinical Psychology*, 56, 435-438.
- Westen, D. (1991). Social cognition and object relations. *Psychological Bulletin*, 109, 429-455.